

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 033

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 11 DE ABRIL DE 2000

ANO XXVI

## Mesa Diretora

**NELSON JUSTUS**

Presidente - PTB

**CAÍTO QUINTANA**

1º Vice-Presidente - PMDB

**JOSÉ MARIA FERREIRA**

2º Vice-Presidente - PSDB

**NELSON GARCIA**

3º Vice-Presidente - PFL

**HERMAS BRANDÃO**

1º Secretário - PTB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Secretário - PPB

**RENATO GAUCHO**

3º Secretário - PSDB

**ÂNGELO VANHONI**

4º Secretário - PT

**LUIZ CARLOS ZUK**

5º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>Líder Oposição</i> .....	<i>Irineu Colombo</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Antonio Carlos Baratter</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i> .....	<i>Divanir Braz Palma</i>

## Representação Partidária

*PTB - 11: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Isfer (licenciado) - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 08: Albanor Gomes - Antonio Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro (licenciado) - Renato Gauchó - Serafina Carrilho - Sérgio Spada; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Edno Guimarães; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PL - 01: Pastor Edson Praczyk; PSC 01: Miltinho Puppio.*

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 027ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
11 DE ABRIL DE 2000**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Nelson Justus, secretariada pelos senhores deputados Hermas Brandão e Augustinho Zucchi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaúcho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

#### Ofícios:

REALIZAÇÕES DO PERÍODO DE  
ADMINISTRAÇÃO DO SENADOR OSMAR DIAS  
Senhor Presidente.

O relato abaixo, em termos objetivos podem ser destacadas no período de 1987 à 1994, enquanto Secretário de Estado da Agricultura do Paraná.

- Microbacias: mais de 2500 em todo o Paraná, envolvendo quase 7 milhões de hectares e 200 mil produtores.

- Readequação de Estradas: são mais de 50 mil Km, que unidos daria para contornar o globo terrestre. Ressalta-se aqui que a readequação de estradas é uma importantíssima prática de conservação do solo e preservação do meio ambiente.

- Calcário: até o ano de 1991, foi dobrada a quantia utilizada até então, em 1993, dobrou novamente, atingindo hoje quase 3 milhões de toneladas por ano. Foram construídos um terminal ferroviário de embarque e 3 três de desembarque de calcário, somando-se aos 38 terminais rodoviários localizados em regiões estratégicas do Estado.

- Adubação Verde: multiplicou-se por 50 vezes o uso deste importante insumo que, além de natural, devolve o vigor e a fertilidade do solo.

- Abastecedores Comunitários: foram cerca de 30 mil abastecedores instalados, evitando a poluição dos rios e fornecendo água limpa a milhares de agricultores.

- Empreendimentos Comunitários: foram quase 20 mil dos mais diferentes tipos, beneficiando os produtores com subsídio direto, com até 70% do seu valor. Incluem-se escarificadores, distribuidores de adubo orgânico e calcário, esterqueiras, entre outros.

- Terraceamento - Curvas de Nível: foram cerca de 7 milhões de hectares levantados, representando o símbolo maior da conservação dos solos, formando uma paisagem sem igual no Brasil.

- Reflorestamento: cerca de 300 milhões de mudas foram destinadas para produção de energia, madeira, erva-mate, e recuperação de matas ciliares, numa demonstração de que a floresta racionalmente explorada torna-se uma importante opção de renda, além de preservar e recuperar os solos e as águas.

- Irrigação e Drenagem: foram incorporados cerca de 100 mil hectares de várzeas ao processo produtivo, além de introduzir-se definitivamente à platicultura e a irrigação artificial para alerícolas. Inovou-se muito nesta atividade, criando-se comissões técnicas especiais para análise dos impactos ambientais para o uso racional das várzeas. Assim, foram elaborados, em conjunto com Universidades, os Rimas das 8 Bacias Hidrográficas paranaenses.

Um estudo de caso realizado pela Emater em 1997, na região de Pato Branco avaliou 5 anos de implantação do Programa Paraná Rural, identificando alguns de seus impactos sócio-econômicos sobre a vida dos agricultores, destacando-se:

- Aumento de 14% no tamanho das propriedades;
- Incremento de 60% nas práticas de terraceamento;
- Aumento de 10% no número de máquinas e equipamentos;
- Aumento de 75% no número de matrizes de suínos;

- Aumento médio de 59% na renda bruta anual da mão-de-obra familiar;

- Aumento de 5,5% no número de refrigeradores e em 9,7% no de fogão a gás.

Em termos de ações estratégicas o Estado do Paraná neste período retomou sua vocação frutícola, aumentando em mais de 70% a sua área plantada. Em especial, no caso da citricultura, rompeu com a inércia de mais de 20 anos causada pelo “cancro cítrico” que nos impedia de plantarmos laranja. Os obstáculos técnicos da doença foram vencidos e atualmente já podemos observar mais de 7 mil hectares desta cultura, além de implantar a primeira usina de beneficiamento da fruta, instalada em Paranavaí, exportando suco para o mundo todo.

Na área animal, observou-se um tremendo avanço, principalmente na melhoria genética de nosso rebanho conquistada por um arrojado programa de inseminação artificial e de importação de matrizes de excelência.

- Modelo para o Mundo

Por tudo isto, o Banco Mundial e a FAO citaram o Programa Paraná Rural como um dos dez melhores programas financiados pelo BIRD em todo o mundo.

Neste modelo, conseguiu-se definir bem as atribuições dos parceiros. Não apenas o governo tinha responsabilidade, mas toda a sociedade envolvida. Assim, as Cooperativas, os Municípios, Instituições do governo, as empresas de planejamento, as Associações de produtores, os Sindicatos, enfim toda a sociedade organizada se uniu para uma ação conjunta e com atribuições distintas. Este mutirão de forças, coordenado pelo governo, revelou-se como um instrumento administrativo fundamental para implementação da estratégia técnica. Deu segurança aos órgãos financiadores no sentido da aplicação correta dos recursos, bem como a garantia de que, tecnicamente, o processo estava assegurado. As Comissões de Solos, instituídas formalmente por todos os municípios envolvidos, consolidando a demanda dos produtores.

Portanto, é este complexo interligado de ações que dá a sustentação de um programa voltado para os interesses dos produtores e da preservação ambiental. É um contínuo de ações que se sobrepõe formalizando um modelo que denominado “Modelo Ambiental”, hoje uma realidade no Paraná.

Finalmente, para consolidar a atuação de Osmar Dias como um administrador pautado no compromisso com o desenvolvimento sustentável, vale relatar um trecho de um recente estudo do Ipardes “Solo e Meio Ambiente” que faz a seguinte avaliação do Paraná Rural:

“... A partir do conhecimento acumulado, foi implementado o Programa de Manejo das Águas, Conservação do Solo e Controle da Poluição em Microbacias Hidrográficas, conhecido como Paraná Rural, entre 1989 e 1997.

Essas ações criaram as prévias indispensáveis para que, gradativamente, uma parcela significativa de produtores rurais passassem a incorporar práticas e técnicas

mais produtivas e menos danosas aos recursos naturais, em especial no que diz respeito ao solo e as águas.”

Sala das Sessões, em 11.04.2000.

(aa) SECRETARIA DE ESTADO DA  
AGRICULTURA DO PARANÁ

## OFÍCIO

Senhor Presidente.

Heinz Georg Herwig, ex-deputado estadual, secretário de Estado dos Transportes, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Estado, RG nº 351.463-3/PR, CPF nº 004.394.799-91, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, requerer sua inscrição como postulante ao cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas, tendo em vista a existência de vaga, decorrente do pedido de aposentadoria do Conselheiro João Cândido Ferreira da Cunha Pereira pedindo que seu nome seja submetido à aprovação do Plenário dessa augusta Casa de Leis 9CE, art. 77, § 2º, Inc. II).

O requerente declara que preenche as exigências constitucionais, para o alto cargo que ora pleiteia 9CE, Art. 77, § 1º e incisos).

Nestes termos pede deferimento.

Sala das Sessões, em 11.04.2000.

(a) HEINZ GEORG HERWIG

## Indicações:

### INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

A finalidade do presente é cumprir a determinação de Vossa Excelência, no que se refere a indicação dos representantes do Partido da Frente Liberal - PFL, para comporem as seguintes Comissões Parlamentares de Inquérito:

Do Narcotráfico: Deputado Chico Noroeste e Deputado Nelson Garcia.

Do Roubo de Cargas: Deputado Luiz Carlos Alborghetti e Deputado Cleiton Kielse.

Dos Remédios: Deputado Luiz Carlos Alborghetti e Deputado Elio Rusch.

Supermercados: Deputado Durval Amaral e Deputado Plauto Miró Guimarães.

Combustíveis: Deputado Durval Amaral e Deputado Nelson Garcia.

Sala das Sessões, em 11.04.2000.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Líder do PFL

### INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

A Bancada do Partido dos Trabalhadores, através do seu líder, no uso de suas prerrogativas, comunica a esta presidência, que por decisão unânime não irá indicar membros para participar das CPI's destinadas a investigar roubo de cargas, adulteração de combustíveis, sonegação de impostos pelas distribuidoras de combustíveis e postos

de gasolina, medicamentos, e, formação de cartel de supermercados. Indicando apenas representante para compor a CPI destinada a investigar a apurar fatos pertinentes ao narcotráfico e o crime organizado no Estado do Paraná, sendo titular o deputado Ângelo Vanhoni e o deputado Hermes Fonseca Filho.

A recusa do partido em indicar nomes para integrar as demais CPI's, dá-se pelo fato de que a criação de cinco CPI's simultâneas, na forma proposta pela Bancada Governista é uma manobra espúria e reprovável, uma verdadeira farsa, visando impedir a instalação da CPI do Pedágio, bem como, a CPI relacionada à publicidade dos Jogos da Natureza.

Sala das Sessões, em 11.04.2000.

(a) PÉRICLES MELLO

Líder do PT

### INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Por intermédio deste, informo a indicação dos deputados do PSDB, escolhidos através de reunião da bancada, para comporem as respectivas CPI's.

CPI do Narcotráfico: Sérgio Spada e Neivo Beraldin. Suplentes: Antonio Baratter e Serafina Carrilho.

CPI do Cartel de Supermercados: Antonio Carlos Baratter e Albanor Gomes. Suplentes: Sérgio Spada e Serafina Carrilho.

CPI dos Medicamentos: Serafina Carrilho e Renato Gaucho. Suplentes: Albanor Gomes e Neivo Beraldin.

CPI do Roubo de Cargas: Renato Gaucho e Albanor Gomes; Suplentes: Sérgio Spada e Neivo Beraldin.

CPI da Adulteração de Combustíveis: Sérgio Spada e Albanor Gomes; Suplentes: Serafina Carrilho e Antonio Carlos Baratter.

Sem mais para o momento, reitero protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 11.04.2000.

(a) ANTONIO BARATTER

Líder do PSDB

## Requerimentos:

### REQUERIMENTO Nº 556

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, arquivamento do Projeto de Lei nº 080/2000, de sua autoria, que tem por objetivo alterar a Lei nº 11.280 de 26 de dezembro de 1995, que dispõe sobre o IPVA.

Sala das Sessões, em 11.04.2000.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

### REQUERIMENTO Nº 555

Senhor Presidente.

O deputado que o presidente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Conselho Arquidiocesano das Associações de Caridade de São Vicente de Paulo de Curitiba pela passagem do seu Centenário de Fundação.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à senhora Orlette Pereira, presidente do Conselho Arquidiocesano, para que receba e transmita a todos os membros da diretoria as homenagens do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 11.04.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

### JUSTIFICATIVA:

Não há palavras que traduzam a alegria de todos nós paranaenses pela passagem do centenário de fundação do Conselho Arquidiocesano das Associações de Caridade de São Vicente de Paulo de Curitiba.

Este é um momento feliz, em que se festeja o centenário de fundação de uma entidade eminentemente com função de caridade acalentado por todos os corações bem formados, onde o povo encontra socorro e alívio para as suas dores, se nos afigura uma situação que não há de ser com frases encomiásticas que haveremos de louvar aquelas que com tanto desvelo conseguem levar a cabo tão meritório empreendimento.

Seus nomes ficarão gravados no coração do povo desta terra, com o estilete da gratidão imorredoura.

Abençoadas sejam aquelas que para mitigar a dor alheia, sabem sacrificar algo de seu. Deus há de levar à conta tão nobre ação.

Orgulha-se, portanto, a sociedade paranaense, em legar aos pósteros este exemplo de virtude para que lhes sirva de modelo e estímulo para sempre.

Finalmente, uma última palavra do Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste deputado.

“Uma oração de agradecimento a todas as pessoas que militaram ao longo destes 100 anos pelo Conselho Arquidiocesano das Associações de Caridade de São Vicente de Paulo de Curitiba, rogando ao Todo Poderoso e à Sua Santíssima Mãe, que as conserve”.

### REQUERIMENTO Nº 559

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Guaratuba, pela passagem de seus 229 anos de emancipação política, dia 29 de abril.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Excelentíssimo senhor Everson Ambrósio Kravetes, prefeito municipal, ao vice-prefeito senhor Miguel Jamur, bem como a todos os senhores vereadores

para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Guaratuba.

Sala das Sessões, em 11.04.2000.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Através desta proposição homenageamos toda a população de Guaratuba, com o nosso reconhecimento pela eficiente colaboração ao longo desses 229 anos. Também prestamos nossa homenagem aos seus administradores de todos os tempos que muito contribuíram para que o município continue se sobressaindo para conseguir um lugar de destaque no cenário paranaense e brasileiro.

Congratulamo-nos, portanto, pelo espírito de luta e companheirismo demonstrado por todos os municípios através da união de forças em benefício do progresso de Guaratuba para alegria e galardão de todos.

Portanto, está de parabéns toda a população de Guaratuba nesta significativa data de 29 de abril/2000 em que vê transcorrer mais um aniversário de sua emancipação política.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste parlamentar, orgulha-se em cumprimentar a laboriosa população de Guaratuba na magna data em que comemora seus 229 anos de emancipação política.

#### REQUERIMENTO Nº 542

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja oficiado o senhor Heinz Georg Herwig, para que preste as seguintes informações sobre o DER/PR:

1. Há alguma proposta de reformulação administrativa do DER/PR?
2. Em caso positivo, em que estágio se encontra tal reformulação?
3. Há, nessa proposta de reformulação, a preocupação em fortalecer as atividades finalísticas como, elaboração e fiscalização de projetos de engenharia; fiscalização de obras rodoviárias; controles tecnológicos das atividades rodoviárias; desenvolvimento de normas e especificações próprias de serviços e custos?
4. Qual é o Regimento Interno e o Regulamento em vigência hoje no DER/PR?
5. Qual o Organograma atual e o Organograma proposto (se houver) da Secretaria de Transportes?

O referido pedido se justifica em face da preocupação de muitos funcionários e aposentados dessa secretaria com o futuro da SETR/PR e, ao mesmo tempo, vislumbram a grande oportunidade de promover o debate com todos os interessados, inclusive com esta Casa de Leis, com o objetivo de fortalecer as áreas técnicas e de pesquisa, uma vez que com o Programa de Concessão de Rodovias implantado pelo governo do Paraná, poucas atividades restarão à SETR/PR mas, sem dúvida alguma, no resguardo do interesse público

restar-lhes-á a missão difícil, mas muito importante nesse contexto que é a fiscalização das concessões de uso das rodovias do Paraná.

Destaca-se por fim, sendo de fundamental importância tais informações no contexto da fiscalização das concessões de uso das rodovias do Paraná.

Termos com os quais, por ser de direito, certo da serenidade e sensibilidade dos pares desta Casa, pede e espera aprovação.

Sala das Sessões, em 11.04.2000.

(a) HERMES FONSECA

#### REQUERIMENTO Nº 552

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, officie-se ao governador Jaime Lerner, ao secretário de Estado da Segurança Pública, José Tavares da Silva Neto, ao comandante geral da Polícia Militar do Paraná, coronel QOPM Guaraci Moraes de Barros, solicitando transformação do Pelotão Metropolitano da Polícia Militar de Sarandi em Companhia Metropolitana da Polícia Militar com sede em Sarandi, conforme justifica.

Sala das Sessões, em 11.04.2000.

(a) RICARDO MAIA

#### JUSTIFICATIVA:

Em Sarandi está sediado um Pelotão da Polícia Militar, para atender aquele município.

O próprio Comando do 4º Batalhão da Polícia Militar do Paraná, sediado em Maringá, reconhece a necessidade de ampliar a estrutura de segurança desse município. E tendo em vista a criação da Região Metropolitana de Maringá e o aumento populacional de alguns municípios dessa região, como Sarandi, Paçandu e Mandaguáçu, aquele Comando apresentou sugestão de alterar o Plano de Articulação da Polícia Militar, transformando o Pelotão da PM de Sarandi em Companhia da Polícia Militar (a 2ª), com sede em Sarandi.

A 2ª Companhia de Polícia Militar, com sede em Sarandi, atenderia os municípios de Sarandi, Mandaguáçu, Ourizona, Paçandu, Doutor Camargo, Floresta e Ivatuba.

Com a implantação dessa Companhia Militar aumentar-se-ia o Efetivo da Polícia Militar para atender esses municípios, aumentando, conseqüentemente, o número de viaturas para atendimento da segurança da população desses municípios.

O vereador João Dutra Neto tem constantemente procurado os Poderes Públicos no afã de conseguir esse benefício para sua cidade, motivo pelo qual apresentou requerimento na Câmara Municipal de Sarandi pedindo essas providências junto ao governo do Estado.

Essas razões pelas quais fazemos a presente solicitação.

#### REQUERIMENTO Nº 545

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Secretaria de Estado dos Transportes, solicitando a retomada das obras de pavimentação da Rodovia BR-467 que ligará os municípios de Toledo a Quatro Pontes. O deputado solicita ainda que a Secretaria dos Transportes envie para esta Casa de Leis o cronograma oficial da referida obra.

Sala das Sessões, em 11.04.2000.

(a) ADEMIR BIER

#### JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento justifica-se devido a esta obra ser uma reivindicação antiga das comunidades que residem entre os municípios de Quatro Pontes e Toledo. A conclusão da pavimentação da BR-467 trará maior facilidade aos agricultores para o escoamento da produção agrícola. A obra, que está com parte da terraplanagem concluída, está paralisada desde o ano passado. Devido à demora para a retomada das obras, os moradores temem que a parte já realizada (terraplanagem) acabe se deteriorando pela ação da chuva, necessitando ser refeita. Vale destacar que a divulgação do cronograma oficial das obras trará maior tranquilidade para a comunidade que reside no trecho a ser pavimentado.

#### REQUERIMENTO Nº 544

Senhor Presidente.

O deputado que subscrive o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja enviada correspondência ao Excelentíssimo secretário de Estado do governo, doutor José Cid Campelo Filho, solicitando liberação de verba à Secretaria dos Transportes para que seja feita a manutenção das margens da Rodovia PR-323 - Rodovia Osvaldo Pacheco de Andrade, que liga o município de Maringá à Guaíra.

As margens da referida rodovia encontram-se praticamente sem sinalização, pois o mato já escondeu as placas, dificultando desta forma a visão dos motoristas.

Enviamos requerimento percorrendo sobre o mesmo assunto em 18 de maio de 1999 e até a presente data nossa solicitação não obteve êxito.

Sala das Sessões, em 11.04.2000.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

### Projeto de Resolução:

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 008/2000

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### R E S O L V E :

Art. 1º - Cria no âmbito do Poder Legislativo, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), composta por 07 (sete) membros e com prazo de duração de 120 dias, para investigar as concessionárias que compõem o Anel de Integração, explorando as rodovias do Estado através

das tarifas de pedágio, em conformidade com o artigo 122, § 2º, Inciso III do Regimento Interno.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor dentro de quarenta e oito horas de sua aprovação conforme o Artigo 123 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 11.04.2000.

(aa) PÉRICLES MELLO, IRINEU COLOMBO,  
EDSON STRAPASSON, LUIZ CARLOS ZUK,  
EDGAR BUENO E HERMES FONSECA.

#### JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de resolução visa instalar no âmbito do Poder Legislativo uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), para investigar as concessionárias que compõem o Anel de Integração, explorando as rodovias do Estado através das tarifas de pedágio.

Esta resolução se faz necessária para que possa funcionar concomitantemente as demais Comissões Parlamentares, já constituídas neste Parlamento, tendo base regimental e constitucional, por tratar-se de matéria de grande importância para o Estado do Paraná.

### Projetos de Lei:

#### PROJETO DE LEI Nº 108/2000

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art.1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária para o Desenvolvimento da Terceira Idade, Acodeti, com sede e foro na cidade de Cornélio Procópio, Paraná.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.04.2000.

(a) HERMES FONSECA

#### JUSTIFICATIVA:

Propomos seja, a Associação Comunitária para o Desenvolvimento da Terceira Idade, Acodeti, com sede e foro em Cornélio Procópio, Paraná, declarada Entidade de Utilidade Pública do Estado do Paraná, pelas razões inquestionáveis que a seguir enumeramos:

1 - Ela vem desenvolvendo um trabalho incansável e continuado na integração de todos aqueles, considerados na 3ª idade, com a sociedade, através de ações produtivas, culturais e intelectuais.

2 - O âmbito de ação da entidade se estende além de sua sede (Cornélio Procópio) para municípios circunvizinhos como Leópolis, Sertaneja, Santa Mariana, Nova Fátima, etc..

3 - As suas ações tem poupado o Estado de investimentos na área social e, desta forma, funciona como sua

parceria no desenvolvimento de projetos de atendimento ao idoso.

Isso posto, pedimos o apoio e o voto favorável dos Pares desta Casa de Leis.

**PROJETO DE LEI Nº 109/2000**  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art.1º - Os dados estatísticos de acidente de trânsito, cuja morte não se registrar no local, conterão pesquisa de informações promovida pelas Ciretrans junto a instituições hospitalares e Instituto Médico Legal, dentro da circunscrição daquele órgão de trânsito, até noventa (90) dias após o registro da ocorrência.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.04.2000.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

**JUSTIFICATIVA:**

As estatísticas são utilizadas no planejamento do sistema de tráfego pelas Ciretrans e Detrans/PR.

Atualmente, os dados estatísticos são pouco confiáveis, principalmente em se considerando que os dados sobre morte no local do acidente são de fácil constatação. Contudo, em relação a mortes posteriores, decorrentes do acidente, os dados são registrados somente até os trinta (30) dias subseqüentes. Caso a pessoa venha a falecer no 31º dia após o acidente, este dado ficaria fora da estatística.

O prazo pesquisado é muito pequeno, sobretudo quando se trata de acidente de trânsito de natureza mais gravosa para a saúde dos envolvidos.

Os dados estatísticos em causa são extremamente importantes para o planejamento das ações relativas ao sistema de trânsito.

A possibilidade jurídica desta proposição prende-se ao fato de não estar legislando sobre trânsito, mas fornecendo dados indispensáveis para o planejamento de ações ligadas ao trânsito.

**PROJETO DE LEI Nº 110/2000**  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art.1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao município de Mangueirinha, imóvel situado no perímetro urbano, quadra 28, totalizando uma área de 8.296,80 m<sup>2</sup>, lotes 01 a 13, e Matrículas no Registro Geral de Imóveis, da Comarca de Coronel Vivida, números 5937 a 5949.

Art. 2º - O imóvel descrito no artigo anterior será complexo para promoção da saúde e ação social no município, e ficará gravado com cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11.04.2000.

(a) VALDIR ROSSONI

**Apoiamento:**

Carlos Simões, Nelson Garcia, Ademar Traiano e Hidekazu Takayama.

**JUSTIFICATIVA:**

A proposição de doação tem por objetivo reverter o imóvel que especifica (matrículas no registro de imóveis arroladas) ao patrimônio municipal conforme se justifica.

Todas as unidades que encontram-se edificadas sobre esses lotes são de área de saúde, social e geração de renda, típico de empreendimentos de poder público como propósito inicial, Centro Social.

Após a municipalização da saúde Pública, é natural que a Secretaria de Estado devolve-se ao município os imóveis a ela doados, para que o mesmo pudesse averbar as ampliações efetuadas no Centro de Saúde 24 horas. Construção da Sede da Oficina do Artesanato Comunitário, Sede da Ação Social, Clínica de Fisioterapia e também possa iniciar a Construção do Centro Comunitário de Geração de Renda.

Este último, Centro Comunitário de Geração de Renda está com convênio assinado junto a Caixa Econômica Federal, com recursos bloqueados enquanto o município não exibir a matrícula do imóvel em seu favor assim está sendo prejudicado e tardando a geração de renda ao homem do campo das propriedades Unifamiliar.

**PROJETO DE LEI Nº 111/2000**  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública à Associação dos Moradores do Bairro Alto-Atuba, com sede e foro no município de Curitiba, neste Estado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.04.2000.

(a) CLEITON KIELSE

**JUSTIFICATIVA:**

Justifica-se tal proposição, tendo em vista que a entidade tem desenvolvido um profícuo trabalho junto a sociedade em geral, e pela assistência educacional gratuita, e pelo desenvolvimento da cultura e as necessidades das famílias residentes nos bairros de

abrangência. Isso se fará sem qualquer tipo de discriminação, sem distinção de cor, sexo, nacionalidade, profissão, credo religioso ou político, como também, sem fins lucrativos.

PROJETO DE LEI Nº 112/2000

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública à Associação dos Moradores de Charqueada de Baixo, com sede e foro no município de Imbaú, neste Estado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.04.2000.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se tal proposição, tendo em vista que a entidade tem desenvolvido um profícuo trabalho junto a sociedade em geral, e pela assistência educacional gratuita, e pelo desenvolvimento da cultura e as necessidades das famílias residentes nos bairros de abrangência. Isso se fará sem qualquer tipo de discriminação, sem distinção de cor, sexo, nacionalidade, profissão, credo religioso ou político, como também, sem fins lucrativos.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não há oradores inscritos no Pequeno e no Grande Expedientes.

Passamos ao horário das Lideranças: PT.

PDT. Com a palavra o deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhores deputados. Estivemos no município da Lapa, em uma reunião na qual alguns companheiros nossos e de outros partidos reclamavam, daquilo que fomos testemunhas, do que concerne aos funcionários públicos estaduais lotados naquela região, principalmente, os militares da Polícia Rodoviária Estadual.

O hospital não atende. Os médicos não consultam. Os laboratórios não fazem os exames. Os policiais militares da Polícia Rodoviária Estadual daquela região do Estado tem que se deslocar a Curitiba, aqui no Hospital da Polícia Militar com suas dificuldades financeiras e a de seus familiares.

Não foge disso, senhor presidente, senhores deputados, os outros lados do Estado, como a nossa região de Ponta Grossa, onde o descredenciamento do IPE feito por alguns hospitais e o não aparecimento do Paranáprevidência fazendo com que professores, funcionários públicos de todos os níveis, policiais civis e militares não tenham a assistência devida pelo desconto, que foram inseridos obrigatoriamente nos seus olerites de pagamento.

Senhores deputados, tem funcionário com oitenta anos que deu toda a parte da sua vida para o Estado do Paraná, e agora, quando da criação do Paranáprevidência, uma contribuição que era dada ao IPE e o mesmo precariamente este atendia a operações, internamentos, cirurgias, exames laboratoriais, IPE capenga.

Pelo menos dava um atendimento que não era satisfatório, mas não deixava na rua, como se encontram os servidores públicos do Estado do Paraná.

Tenho a certeza, senhor presidente, senhores deputados, que o pensamento não é do governo: o afogadilho com que foi feita a desativação que gradativamente está sendo imposta no IPE, não tendo respaldo do lado do Paranáprevidência, faz com que nesse hiato fique o funcionário público do Estado, sem médico, sem assistência, sem laboratório, sem quase que nada.

Estamos aqui para dizer ao governo, e principalmente aos responsáveis do governo, que não desejamos, em hipótese alguma vir a esta tribuna e fazer com que alguma coisa não seja atingida, a não ser a vontade do povo do Paraná, e a vontade dos servidores públicos do nosso Estado é ter uma assistência médica é ter uma atenção do governo principalmente pelos descontos realizados.

Falava eu de um cidadão de 80 anos. Este cidadão contribuía com o IPE com um valor, e com a implantação do Paranáprevidência, este valor foi quase duplicado. Os olerites do desconto, senhor presidente, senhores deputados, apresentaremos num requerimento que iremos oferecer ao governador, para que ele, se é que não tem, tomar conhecimento do que ocorre com o funcionalismo público do Paraná. Quero e tenho a certeza que com este requerimento, Sua Excelência o governador não terá, no dia de manhã, uma resposta evasiva, a não ser aquela que nós desejamos que é do encontro com a saúde do povo paranaense e principalmente seus funcionários e seus familiares.

Não acreditamos, senhores deputados que o governo do Estado continue insensível, que não dê mostras da sua capacidade gerencial, se é que possui, para com o tratamento da saúde do Paraná.

Tenho certeza absoluta que, mesmo com as dificuldades do IPE, mesmo sem recursos, o IPE dava uma assistência precária, mas dava assistência. Hoje o Paraná está sem assistência, o Paraná está doente e o Paraná dá à família que sustenta o Estado, que dá governabilidade a este Paraná, no caso, os funcionários públicos dá mostras que alguma coisa precisa ser feita.

Concedo o aparte ao deputado José Maria Ferreira.

**O Sr. José Maria Ferreira**

Deputado Zuk, Vossa Excelência traz um assunto a esta Casa que é de extrema importância, porque trata de aproximadamente mais de 100.000 pessoas que são dependentes deste atendimento. E não é só na Lapa, não é só na região dos Campos Gerais: sou portador de dois pedidos de cidadãos que não conseguem hoje, ter a tran-



qüilidade para desenvolver as suas vidas. Um, funcionário público, tendo que se submeter a uma cirurgia, não teve nenhum hospital na região de Londrina, que pudesse acolhê-lo, funcionário público contribuinte há mais de 25 anos, e se viu obrigado a se submeter à cirurgia em condições particulares. Hoje tem uma fatura de 9 mil reais para ser paga e está aguardando há 8 meses o ressarcimento, por parte do IPE.

Recentemente me procurou uma professora, do município de Jataizinho, com as mesmas condições e a mesma queixa e tenho certeza que, se estivermos dispostos, nossos ouvidos e o nosso tempo para ouvir as queixas dos funcionários públicos, vamos encontrar muitos em situações parecidas.

Portanto, o assunto que Vossa Excelência traz hoje a esta Casa é de extrema importância e gravidade, porque o cidadão que contribui e paga, não está recebendo, não tem nem como acessar o serviço pelo qual ele pagou durante 20, 30 anos. E Vossa Excelência dá um exemplo de um de 80 anos e por aí poderemos estabelecer o grau de dificuldade e apreensão que vive esta laboriosa classe dos funcionários públicos do Paraná.

#### O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Agradeço o aparte do ilustre deputado e termino acreditando que o governo do Estado, pelas propagandas, principalmente pelos atos que demonstra através da imprensa falada, escrita e televisada, não condiz com a verdade da saúde pública, principalmente dos funcionários públicos deste nosso querido Estado. Tenho certeza absoluta que alguma coisa, imediata tem que ser feita. É inadmissível o estado como se encontra a saúde pública dos funcionários do nosso Paraná. Se o governo vai bem, quem sustenta o governo vai muito mal. Se quem trabalha na função pública não tem o respeito com a sua saúde, não é possível esse estado continuar.

Temos certeza que o governo deverá acordar. Se tem só sonhos com coisas que não condizem com a realidade, ele deverá dar uma esperança na realidade da saúde pública dos funcionários do nosso Paraná.

Encerro dizendo que o governo vai acordar para a saúde pública dos funcionários que sustentam seu governo.

Muito obrigado!

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Consulto as Lideranças do PSL, PSB, PST.

(Declinam)

Na Liderança do PMDB, concedo a palavra ao deputado Waldyr Pugliesi.

#### O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, senhores deputados.

Tenho visto nesta Casa nos últimos dias a preocupação com a tonalidade dos discursos que são feitos pela Oposição.

Todos sabem que cada deputado tem a sua personalidade própria, singular, em cada um tem o seu estilo. Eu mesmo, nesta tarde, vou tentar fazer um discurso não da maneira que costumo fazer.

Quero deixar bem claro aqui que, ontem prestando muita atenção no pronunciamento que o líder do Governo fazia, cheguei em determinado momento a pensar a quantos decibéis estão as palavras do líder do Governo? O alterar do tom, muitas vezes, vem por causa do estilo, outras vezes, por causa da indignação, por revolta, tanto para denunciar, como no caso do deputado governista para defender o seu governo, que está vivendo um período de dificuldades.

Certamente a Liderança do Governo, capaz que é, como uma bancada tão coesa, uniforme e unidade, alcançará resultados expressivos para defender o governo. De nossa parte, queremos e vamos fazer os discursos no tom e na profundidade que definirmos. Nós da Oposição não seremos monitorados nem na altura dos nossos pronunciamentos nem na direção dos assuntos que devemos tratar aqui.

Reclamam muito dos factóides que criamos aqui, alguns deles os mais expressivos, a presença de críticos nas bancadas. Tanto é que a imprensa, com seus mil ouvidos e com seus mil olhos, no dia seguinte, com o factóide criado por nós, estampou nas primeiras páginas, “criadas CPI’s Laranjas”.

Portanto, aqueles que como é minoria e muitas vezes não tem acesso para chegar à população, falei, esse da presença dos críticos aqui, chamam a imprensa de todo o Paraná. Outro dia quando o governo, maioria que é, achou por bem se retirar, com base no Regimento desta Casa, se retirou.

Nós aqui, tomamos uma decisão: vim à tribuna, em nome da Oposição e falei: vamos fazer uma sessão. Vamos reabrir, logicamente que entre aspas, a sessão, para discutirmos os problemas que naquele momento eram, como continuam sendo, quase na sua totalidade, as preocupações maiores do povo do Paraná.

Outro factóide criado foi a oferta que se fez ontem de um bolo para comemorarmos o aniversário de uma pretensão das Oposições, de fazer a instalação da CPI do Pedágio nesta Casa.

Lembro-me, que é isso que diferencia ideologicamente os homens, as nações, os governos, os segmentos da sociedade. Quando houve a absolvição do líder popular, José Rainha, se fez uma lembrança do quê? Porque quando se pregava o fim da escravidão Rui Barbosa, Joaquim Nabuco, Quintino Bocaiúva, diziam o seguinte: não basta o fim da escravidão, é preciso que haja uma reforma agrária para que esses escravos saiam daqui, das propriedades dos brancos, mas possam ter aonde trabalhar e viver.

O que é que aconteceu? A classe dominante, o império montado pelo dinheiro, pela propriedade, fizeram o quê? Botaram os negros na estrada. Dali a pouco eles estavam de volta ao eito.

Então não se resolve problema nenhum, é aquilo que nós estamos discutindo aqui.

Sei, estava na Mesa e prestei atenção no aparte do deputado Beraldin, ele disse: Esses debates não levam a nada.

Perdoe-me deputado, o debate aprofunda a discussão dos problemas e encontra-se soluções para os problemas. A falta de debate, a falada do contraditório, a falta do regime democrático é que na realidade, não levam a solução nenhuma.

Digo para todos os senhores deputados que se encontram aqui. Qual é o mal de nós estabelecermos o debate nesta Casa? Eu estava falando da reforma agrária, tão ansiada por aqueles que querem uma Nação, lá no tempo da escravidão ainda. Nós estamos vivendo momentos que nos levam a acreditar que na realidade não querem que haja modificação de nada.

Mas, daqui da Assembléia pelo menos na parte da Oposição naquilo que eu colho dela, desta Bancada, nunca vi ofensa pessoal a ninguém. Se um debate ou outro leva a um entrevero, vez por outra, isso é próprio do Parlamento. É bom que seja assim; toda a unanimidade é burra, como já se falou. Aqueles que ficam sempre achando que todos os atos do seu governo são perfeitos, são obras primas, estão incorrendo no erro e o erro repetido, leva a situações mais difíceis ainda.

Outro dia estava vendo um debate aqui: a Casa estava se debruçando sobre alguns problemas. O que é que diziam? “Vocês já fizeram isso lá no passado!” Errar é aprender, para aqueles que querem. Quem quer corrigir os seus erros, é só fazer a radiografia daquilo que aconteceu em determinada época e se corrige para não fazer as mesmas besteiras que foram cometidas no passado. Portanto, quero dizer a todos o seguinte: nesta Casa, sim, eu acho que deve haver o debate. Eu me coloquei contra o regime toda vez que ele cortou a verba da universidade. Todos os regimes, todos os governos, toda a vez que cortam os recursos da universidade, vocês estão empobrecendo o País, você está fazendo com que haja a evasão dos cérebros para as outras nações. Estamos fazendo com que a inteligência, que poderia produzir aqui no Brasil, não seja aproveitada.

### **O Sr. Beraldin**

Solicito um aparte a Vossa Excelência.

### **O SR. WALDYR PUGLIESI**

Em seguida, para ouvir a sua reclamação.

Senhor presidente, quero dizer que nós, da Oposição somos diferenciados. Tenho uma posição ideológica que certamente não é a mesma dos componentes da Oposição mas nós temos aproximações, temos de tratar de seguirmos nesse caminho, da convergência. Agora, ser chamada nossa atenção por causa do tom de um discurso?! Não, não é assim! Todos são diferentes, no futebol, na arte, em qualquer lugar. Se me colocarem aqui na frente alguma obra de José de Alencar, eu a diferencia-

rei da do Graciliano Ramos, que não tem o mesmo estilo que tem o grande criador de palavras, inclusive, Guimarães Rosa. Se você pegar uma obra de Machado de Assis, é diferente das outras. Agora, querer que façamos discursos monocórdicos falando na altura que o governo deseja ouvir as nossa reclamações, logicamente que não acontecerá nada disso.

Volto a repetir: o debate é necessário, oxigena o Parlamento. O Parlamento que não fala, que não quer escutar, que não quer debater, não é Parlamento. Esse negócio que se falou aqui outro dia, de que vamos fazer um grupo de deputados para ir lá na cidade, para chegar naquela conclusão que muitos usam de “um parlamentar de resultados”, não é por aí. Eu acho que não se transforma a sociedade, não se transforma um País, não se transforma nada se ficarmos nessas superficialidades, na situação postiça de falar que é deputado bom aquele que conseguiu arrumar uma verbazinha lá não sei aonde. Não é por aí! Este País tem 30 milhões de analfabetos. Faltam recursos na universidade, nas escolas. O professor sai de Ponta Grossa, vem aqui e não alcança os seus objetivos, os militares estão com salários defasados. Todo mundo está nessa situação neste País. “O salário-mínimo é a maior causa da inflação”. É mentira! É mentira que o salário mínimo provoque inflação! Essa é a posição daqueles que querem falar que estão mudando, para as coisas continuarem exatamente do jeito que estão.

Portanto, em nome do PMDB, quero dizer que nós faremos da democracia, é a nossa meta. É essencial que se faça a defesa da liberdade do debate, para nós alcançarmos uma sociedade livre, sem racistas, sem preconceitos, sem essa concentração de renda que a cada dia se torna maior para eliminação de milhares e milhares de pequenos proprietários, que se tornem empregados daqueles que, dentro do regime, conseguem se concentrando. Estamos na contramão, sim, da resolução dos nossos problemas. Não adianta, porque é uma convicção me convencerem do contrário. O neoliberalismo faz a fome, a miséria e o desemprego aumentarem cada dia mais.

Concedo um aparte ao deputado Beraldin.

### **O Sr. Beraldin**

Muito obrigado, deputado Waldyr Pugliesi.

Vossa Excelência consagrou um estilo ao longo de sua história política. No entanto, na minha visão e a proposta que coloquei ontem, na situação de hoje cabe também um discurso contundente, mas ele foi mais valorizado pós-ditadura ou durante a ditadura.

Hoje nos defrontamos com outra situação. Por exemplo, nós, deputados estaduais, fomos de encontro ao setor sucroalcooleiro do Estado do Paraná. O que fizemos por eles? Baixamos o ICMS, de 25 para 17%, porque ele é um setor que gera emprego. O que a Assembléia fez mais pelo sucroalcooleiro? Criou-se a frota verde. Por que criou a frota verde? Porque todos os carros públicos do Estado do Paraná, num prazo de 5 anos têm que ser movidos a álcool. E por que movidos a álcool? Porque

somos o 2º produtor de álcool do Brasil. Então, todos os segmentos produtivos da nossa sociedade estão em busca do quê? De agregar renda e emprego. E o que eles precisam para se aproximar da mão amiga do governo ou do órgão oficial ou do banco? Precisam de um representante nas suas cadeias produtivas para fazer com que as coisas aconteçam, lá no interior.

Por exemplo, reuni a Cotriguaçu, a Coamo, a Cargil, algumas cooperativas do Paraná e fui ao governador Jaime Lerner, pedi-lhes que aceitassem investimentos dessas cooperativas para melhorar o corredor de exportação no Porto de Paranaguá.

Hoje, no Porto de Paranaguá, em breve será inaugurado o corredor com uma agilidade infinitamente maior do que tínhamos antes. Antes o navio chegava a ficar atracado até 48 dias, agora vai ficar 48 horas.

Então, acho que o parlamentar tem que vir aqui falar em nome da população, porque ele foi eleito, mas também tem que se inserir neste contexto que é o contexto do desenvolvimento, porque o desenvolvimento melhora a vida das pessoas, e temos que estar inseridos junto com aqueles que produzem.

Essa foi a minha intervenção de ontem, no sentido de que nós aqui na Assembléia Legislativa criássemos Câmaras Setoriais. O que é Câmara Setorial? É um programa de governo, que é o que precisamos, voltado à agroindústria, que é um assunto talvez o mais importante do Estado do Paraná.

É importante as indústrias aqui da região metropolitana? É importante. Mas a agroindústria é a nossa locação porque ela gera emprego e renda no interior do Estado, que é o que precisamos.

Muito obrigado e meus cumprimentos, porque sei que Vossa Excelência tem uma história, tem um estilo, tem um comportamento que cumprimento e que respeito muito porque sei que seu comportamento, sua história, de vida é uma história séria e merece o nosso respeito. Tenho um jeito de ser, gosto da iniciativa privada, acho que quem toca na verdade, este Estado, é a iniciativa privada, e nós, enquanto seres políticos, homens públicos, temos que estar ao lado da iniciativa privada porque ela tem uma importância enorme, a maioria dos empregos estão lá, a renda está lá, então temos que nos inserirmos junto com eles.

#### O SR. WALDYR PUGLIESI

Agradeço o seu aparte e quero reconhecer que a atuação do ilustre deputado, principalmente na área ambiental, e fui prefeito, sei bem, conheço bem isso, é de grande importância. Agora, temos claras divergências. Outro dia, aqui, falei que estava preocupado não só com o desmanche dos caminhões, dos automóveis, mas estava preocupado com o desmanche da Copel, da Sanepar, do patrimônio público, da presença do Estado no setor de energia, essa coisa toda. Logicamente os neoliberais, entre os quais Vossa Excelência alinha, têm uma postura diferente. Agora, é para isso que existe o parlamento. Os

eleitores estarão aí para renovar esta Assembléia na primeira oportunidade, para reforçar a presença conservadora que existe, neste momento, aqui.

Agora, deputados da Oposição, imaginem eu e o deputado Hermas, por exemplo, sairmos pelo interior querendo reunir cooperativas, estas organizações da iniciativa particular. Ninguém vai nos receber! Então, quando Vossa Excelência fala em programa de governo, quero dizer que fui um dos redatores, na minha humildade, do programa de governo do Richa, do Álvaro e do Requião. E o programa de governo que está nascendo na minha cabeça é aquele que vamos implantar aqui no Paraná a partir do dia 1º de janeiro do ano de 2003, quando iremos, junto com o povo, fazer a substituição do neoliberalismo por um governo extremamente popular e democrático.

Muito obrigado!

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário destinado ao PSDB, concedemos a palavra ao deputado José Maria Ferreira.

#### O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente e senhores deputados.

O que me traz a esta tribuna é comentar um projeto de resolução que apresentamos ontem durante o Expediente, mas em função da apresentação do relatório pelo relator Fernando Ribas Carli, da Comissão Especial de Inquérito, entendemos por bem fazer comentário nesta data, até para que não saturássemos por demais a reunião, que a despeito da importância do relatório, ocupou um grande tempo desta Casa.

Mas, o projeto que apresentamos ontem trata da convocação de plebiscito entre os eleitores paranaenses para decidir sobre a venda, pelo governo do Estado do Paraná, do controle acionário da Copel. Por quê? Porque a Copel é uma empresa extremamente importante para o desenvolvimento, para a alavancagem do Paraná. Em todos os momentos em que precisou da infra-estrutura de insumo mais importante, que é a energia como forma propulsora do progresso e desenvolvimento, lá estava a Copel para contribuir com o processo de desenvolvimento do nosso Estado.

E o projeto é simples, diz que será realizado simultaneamente com as eleições municipais de 1º de outubro do corrente ano, plebiscito entre o eleitorado do Estado do Paraná, para que este opine sobre a privatização da Companhia Paranaense de Energia Elétrica. E nos artigos e parágrafos seguintes, ele estabelece e dá o regramento desta participação e desta assunção da sociedade de um assunto que é de extrema importância para o nosso Estado e para a nossa população.

Estribo-me na seguinte justificativa, que se me permitem os senhores, farei a leitura.

“A Lei nº 9.709/98 regulamenta as modalidades de consulta popular previstas tanto na Constituição da República quanto na Constituição Estadual. Diz o

diploma que o plebiscito é modalidade de consulta formulada ao povo para que delibere sobre matéria de acentuada relevância, de natureza constitucional, legislativa ou administrativa.

Por sua vez, é pública a posição do governo do Paraná no sentido de vender o controle acionário que detém da Copel - Companhia Paranaense de Energia Elétrica. Também é desnecessário sustentar a relevância da empresa para a economia estadual.

A empresa, desde sempre, tem sido um dos mais importantes instrumentos para um desenvolvimento sustentado da nossa economia. Na verdade, em face do desempenho da Copel, que propicia energia em abundância em nosso território, foi possível inclusive, a viabilização de um parque industrial de importância nacional.

A Copel, por seu desempenho em sua atividade fim, seus recursos humanos e sua lucratividade, ocupa uma posição destacada no cenário nacional, estando entre as maiores e melhores empresas do Brasil.

A venda do controle acionário da empresa, com nível de excelência reconhecido, quando, mais do que nunca, é significativo o Estado deter meios de alavancagem da economia, pode implicar em perdas de diversas naturezas.

Além da perda em si da capacidade reguladora da atividade, da perda de iniciativa em setores de pesquisa, meteorologia, tecnologia sobre potenciais hidrelétricos já sob o conhecimento da companhia, sua venda significará tão só a mera transferência a interesses privados de uma rentabilidade de grande magnitude e praticamente nada em termos de novos investimentos.

Tudo leva a crer que a venda da Copel mais serviria à resolução de situação de caixa conjuntural, sem nenhuma conexão com interesses elevados da gente do Paraná. Argumentar pela necessidade de novos investimentos seria ilógico, pois a empresa, sempre, por seus próprios meios, conseguiu crescer e investir em suas atividades até tornar-se o que hoje todos conhecemos.

Assim, em vista da relevância da empresa para a vida da economia e dos interesses sociais dos paranaenses, uma decisão dessa envergadura, com as repercussões inevitáveis que advirão, merece ser tomada por todos os interessados: os paranaenses.

O plebiscito é instrumento adequado para tanto. A Assembléia Legislativa do Paraná não pode negar à nossa gente o direito de decidir sobre seu próprio patrimônio, construído ao longo de décadas pelo trabalho de nossos antepassados e dessa nossa geração.

Como explicar que o Poder mais profundamente ligado à população, porque é o único a franquear seus corredores permanentemente ao povo, se recusaria a levar à consideração do eleitorado decisão dessa gravidade, como quer o Poder Executivo?

Por essas razões, por imperativo de consciência, independentemente da posição que se tenha, a favor ou contra a privatização, é de bom senso que a decisão a ser

tomada seja legitimada pelos paranaenses. Mesmo porque, a venda do controle acionário da empresa não foi tema da campanha eleitoral que elegeu o atual governo, circunstância que torna ilegítima uma decisão como essa, sem se considerar os maiores interessados que é a gente paranaense.

Enfim, por se constituir numa das mais importantes privatizações do país e, certamente, a mais importante para o Paraná, a privatização da Copel deve passar por um processo de consulta popular que o legitime ou o fulmine, tudo nos termos da vontade soberana do eleitorado e do contribuinte paranaense."

E cabe lembrar que em 1996, quando aqui aportou um projeto para parte de alienação de ações da Copel, o próprio governador veio a público e disse que o seu governo não privatizaria Copel nem Banestado, uma razão a mais para que possamos corroborar com esta solicitação de plebiscito a esta Casa.

Senhores deputados, não é impedir, mas é estarmos sintonizados, com o que pensa o eleitorado paranaense, o que pensa o cidadão paranaense. Hoje o Estado, detém menos do que 32% das ações da Copel. A sua venda não modificará o panorama da economia do nosso Estado em função das economias que internarão no Poder Público, mas ela pode, sim, criar graves entraves para o desenvolvimento. E há um estudo em que a grande parte das empresas de energia elétrica estão se dividindo em três: geração, transmissão e distribuição. E aqui que no mínimo fique sob o controle do Estado a distribuição, porque aí é o meio mais eficaz para que possamos fazer justiça social àqueles que dependem da energia como melhoria ainda da qualidade de vida.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Liderança do PTB.

Com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, senhores deputados. Gostaria de pedir ao som que nos desse mais volume para que eu pudesse baixar os dez decibéis que o deputado Waldyr Pugliesi falou há pouco.

Eu, sempre quando o deputado Waldyr Pugliesi vem à tribuna desta Casa, ouço com muita atenção, porque vejo nele o mestre da política e ouço a sua experiência, porque fala mais alto.

Mas quero, talvez ontem no meu pronunciamento, ou não me fiz entender, ou o deputado Waldyr Pugliesi não ouviu o meu pronunciamento, todo o meu pronunciamento.

Quero dizer a Vossa Excelência, deputado Waldyr Pugliesi, que defenderei a minha posição com toda a veemência, com toda a garra e determinação que é de costume, mas também defenderei aqui o debate. Concordo com Vossa Excelência quando sobe àquela tribuna as questões nacionais. Cada um, dentro dos seus princípios,

dentro da sua ideologia, nos respeitando com parlamentares, dentro do respeito exigido por uma Casa de Leis como essa. Então, de forma nenhuma ontem no meu pronunciamento eu quis aqui censurar ou monitorar a posição. Coloquei a minha posição clara e firme aqui de que discordava da Oposição, dessa Oposição aguerrida, experiente e competente, e que não precisa se valer de chacota ou de agressões pessoais para mostrar a sua competência, porque conhecemos muito bem o aguerrimento da Oposição, a competência da Oposição. E acredito que o meu pronunciamento de ontem estava, sim, no direcionamento do pronunciamento de Vossa Excelência, querendo aqui elevar o nível do nosso debate, sem censura, sem monitoramento, mas debatemos aqui o que é de interesse do Paraná e desta Casa.

Subo a esta tribuna para responder o seu pronunciamento, para concordar com as partes que Vossa Excelência colocou, mas dizer que, se ontem subi à tribuna, foi porque discordo de algumas atitudes, que tenho a certeza absoluta que esta Oposição, aguerrida e competente, não precisa fazer uso, porque ela pode mostrar a sua competência no debate e na defesa das suas idéias.

Esta é a minha posição e vou defendê-la enquanto estiver nesta Casa. Quero dizer, deputado Waldyr Pugliesi, lhe respeito e lhe admiro, gostaria que Vossa Excelência continuasse com a mesma posição - vamos, sim, defender aqui o debate, porque ele enriquece o parlamento. Ninguém tem o direito de assessorar ou monitorar e não foi esse o meu interesse. Agora, sim, foi o meu interesse colocar aqui algumas questões que discordo e que um parlamentar, quando discorda, não adianta ficar cochichando nos cantos, por lhe faltar coragem de subir à tribuna e falar a opinião pública. Espero que Vossa Excelência, o senhor presidente e esta Casa entendam.

Certamente a partir deste dia, talvez, possamos enriquecer esta Casa com debates que venham trazer alternativas para os problemas que tem o Estado do Paraná.

São essas as minhas palavras, senhor presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

PFL; Liderança da Oposição.

Com a palavra o deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, senhora e senhores deputados. Temos assistido aqui na Assembleia Legislativa do Paraná discursos proferidos, buscando nos governos anteriores alguns erros, que lá tenham eventualmente acontecido. Quero dizer, senhor presidente, que esse sofisma não vamos e nem podemos aceitar, porque faz cinco anos e quatro meses que Jaime Lerner é o governador do Paraná.

Não podemos aceitar, quando ouvimos aqui nesta Assembleia, pessoas irônicas fazendo citações às ovelhas, ao Ferreirinha, ao Teixeira, aos helicópteros,

porque, ora, cinco anos e meio de governo, e não temos notícia alguma que esse governo tenha encontrado qualquer fato documentado, que pudesse vir a público escorraçar a imagem dos governos anteriores. Nada.

Pois bem, se o governo está há cinco anos e quatro meses à frente do governo Jaime Lerner, à frente do governo do Paraná, não podemos aceitar o discurso vazio, vão, de vir querer argumentar, dizer quando trazemos aqui a relação de atos que desabonam o conduta desse governo, vir querer dizer, com fatos que ocorreram há cinco anos e meio atrás, sem que o governo tivesse feito investigação. Se fez, não sabemos o resultado. Se não fez, não pode vir aqui levemente dizer que houve a prática da irregularidade no governo anterior, porque se teve e o governo não fez, o governador Jaime Lerner tem que ser processado por crime de responsabilidade, porque à frente do governo, não teve a capacidade e a honestidade de investigar os crimes, que eventualmente o governo anterior tivesse praticado.

Por isso, senhor presidente, não vamos aceitar que venham usar do sofisma para tentarem nos encurralar. Ora, queremos saber do documento, das provas, do processo, da criminalização.

Temos denúncias contra este governo e fartas denúncias, a sociedade do Paraná sabe. Temos a compra dos precatórios pela Banestado Corretora, escândalo do Banestado Leasing, escândalo da Copel, Sercomtel, Prefeitura de Londrina, o escândalo das aposentadorias irregulares da Copel, escândalo da Sanepar, contratação de forma irregular dos serviços de terceiros, escândalo da Codapar, onde diretores estavam se locupletando com o dinheiro da Codapar, escândalo de aluguel de veículos para a Secretaria de Segurança Pública, escândalo das jaquetas da Polícia Militar superfaturada, escândalos e mais escândalos!

Nomeação de 600 cargos de “aspones”, escândalos dos jogos da natureza, endividamento do Estado do Paraná, a quebra do banco do Estado! Escândalo é o que não falta neste governo. E estamos tentando fazer a nossa parte, fazer a CPI do Pedágio, a CPI do Narcotráfico, para provar as denúncias que possuímos.

O que não podemos aceitar é que fatos ocorridos há 5 anos e meio, o governador está aí há 5 anos e meio, e se foi incompetente de não provar nenhuma daqueles denúncias, não podem agora vir aqui, trazer como o verdadeiro sofisma que houve irregularidades no governo Requião, no governo Mário Pereira, Álvaro Dias.

Cadê a prova, cadê os documentos, cadê os inquéritos? Não vamos aceitar este tipo de coisa, queremos o preto no branco. Houve irregularidades? Houve. Então vamos ver quem é que foi o culpado porque vamos ser os primeiros a subir aqui e pedir condenação. Seremos os primeiros a pedir condenação de quem quer que seja, mas não vamos aceitar a demagogia, a conversa fiada de jogar palavras em vão, sem que tivesse o governo, com 5 anos e

meio, sem trazer nenhum documento, dando atestado de idoneidade, de probidade administrativa aos governos anteriores.

Não podemos ficar aqui encurralados com denúncias vãs, com denúncias sem fundamento.

Concedo aparte ao deputado Irineu Colombo.

#### O Sr. Irineu Colombo

Deputado Nereu Moura, peço o aparte no seguinte sentido: Na Legislatura passada o governador Jaime Lerner enfrentou aqui uma acusação do deputado Luiz Claudio Romanelli que foi o primeiro deputado a levantar a questão dos carros locados pela Cotran e pela Ouro Verde veículos.

Naquela ocasião a denúncia do Romanelli ficou desconsiderada até pelo volume pequeno que éramos da Oposição, pela forma como o governador tinha um apelo sobre a opinião pública paranaense, a mídia, divulgação e propaganda na televisão. Mas agora os fatos vem estourando, verdadeiros, as denúncias que a Oposição naquela época, bem minoritária, apresentava. Um deles faço até questão de ler aqui, porque foi apreendido um carro locado, em Santa Catarina.

Pedi explicações e na ocasião o deputado Valdir Rossoni, inclusive disse que verificasse se as explicações me satisfaziam, evidentemente o deputado Rossoni fez a sua parte brilhante, mas vejamos o que diz o ofício: "A retirada do equipamento de giroflex e de rádio não é de responsabilidade do Departamento Estadual de Transporte Oficial, nem da Secretaria de Segurança Pública e nem da Secretaria da Administração".

Isso significa dizer que, no mínimo, o governo é absolutamente conivente com os carros indetificados fazendo qualquer tipo de ação. Desmanche, escolta irregular saindo para outros Estados, porque eles em ofício admitem que não tem qualquer forma de fiscalização daquilo que é de responsabilidade do governo do Estado.

Com relação aos jogos da natureza, que já foi aqui objeto de denúncia nossa e estão vindo à tona aqui, denúncias e mais denúncias. Essa empresa MBA, de Barcelona, foi a que teve a idéia dos jogos da natureza. E o governo do Paraná comprou por dois milhões e pagou apenas 400 mil reais. Tem um processo no Itamarati. O governo da Espanha interveio através do Itamarati para gentilmente cobrar do governo do Estado. Um governo sendo cobrado por outros governos.

Esse é o outro escândalo que gostaria de colaborar com Vossa Excelência.

Muito obrigado.

#### O SR. NEREU MOURA

Quero deixar aqui mais uma vez patentado. Somos a favor das punições para qualquer tipo de pessoa que tiver conduta leviana à frente do erário público. De quem quer que seja. Punir com rigor, é essa a nossa exigência.

Agora, se o governador Jaime Lerner não tem competência para, em cinco anos e meio, trazer qualquer tipo de prova que pudesse condenar o governo anterior, aí são outros quinhentos. Aí tudo que se fala é política. E não passa disso.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo senhor Heinz Herwig, secretário de Estado dos Transportes, constante do expediente, requerendo sua inscrição como postulante ao cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas, pedindo que seu nome seja submetido à aprovação do Plenário desta augusta Casa de Leis. **À Comissão Executiva, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo senhor deputado Antonio Baratter na qualidade de líder do PSDB, constante do expediente, indicando os nomes dos senhores deputados para comporem as respectivas CPI's: como titulares e suplentes: CPI do Narcotráfico, CPI do Cartel de Supermercados, CPI dos Medicamentos, CPI do Roubo de Cargas e CPI da Adulteração de Combustíveis. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo senhor deputado Péricles Mello na qualidade de Líder do PT, constante do expediente, indicando seus membros apenas na CPI do Narcotráfico e o crime organizado, comunicando que não irá indicar seus membros para participar das demais CPI's. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo senhor deputado Plauto Miró Guimarães, na qualidade de Líder do PFL, constante do expediente, indicando seus representantes para comporem as seguintes CPI'S: CPI do Narcotráfico, CPI do Roubo de Cargas, CPI dos Remédios, CPI do Cartel dos Supermercados e CPI dos Combustíveis. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de Resolução, de autoria dos senhores deputados Irineu Colombo, Edson Strapasson, Péricles Mello, Hermes Fonseca, Luiz Carlos Zuk e Edgar Bueno, devidamente apoiado, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, devidamente apoiado, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa.**

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do senhor deputado Kielse, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Hermes Fonseca, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Antes de passarmos aos projetos, esta presidência comunica os deputados que, ao encerrar o prazo para constituição das comissões, recebeu dos partidos as indicações para os membros que farão parte das comissões.

Para a Comissão do Narcotráfico e Crime Organizado recebeu 11 indicações, deputados: Beraldin, Sérgio Spada, Chico Noroeste, Fernando Ribas Carli, Ângelo Vanhoni, Edson Strapasson, Tiago Amorim, Algaci Tulio, Nelson Garcia, Edgar Bueno e Geraldo Cartário.

As outras comissões, algumas já totalmente preenchidas, tão logo termine essa sessão esta presidência indicará os nomes que por ventura estejam faltando. Mas, a Comissão de Supermercados, combustíveis e medicamentos, já totalmente preenchida.

Portanto, ainda hoje, esta Presidência indica o restante para que amanhã possam ser reinstaladas essas comissões.

Pela Ordem o deputado Algaci Tulio.

#### O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Quero comunicar a Presidência e os demais parlamentares, que a Comissão de alto nível do governo praticamente encerrou os seus trabalhos, a questão de 20 minutos atrás, quando estávamos confeccionando o relatório. Corre que uma notícia veio de que foi revogada a prisão preventiva do ex-delegado geral Ricardo de Noronha. Tivemos que prejudicar o encerramento do nosso relatório até para poder, evidentemente, dar uma outra conotação.

Mas, certamente amanhã às 15h00, o governador do Estado Jaime Lerner terá este relatório com muitas sugestões de alterações do Estatuto da Polícia Civil, da Corregedoria, no Conselho da Polícia Civil. Enfim, numa série de outros atos, que sejam necessários, modificar para implementar uma nova política de Segurança Pública para o Estado do Paraná.

Pretendia hoje, trazer este relatório e dar satisfação a Casa, porque afinal de contas, represento este Parlamento naquela comissão.

#### O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Pela Ordem o deputado Irineu Colombo.

#### O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, faço uma consulta à Mesa. Vossa Excelência anunciou a indicação de duas outras comissões além do crime organizado, com a sua composição máxima.

A Bancada do PT não indicou membros para essas comissões, evidentemente, pelo Regimento Interno pela proporcionalidade teremos um nome para indicar.

Está confirmada esta informação?

#### O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeitamente.

É uma atribuição do Presidente indicar os nomes que faltam as comissões e já o fiz.

#### O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, então gostaria de deixar o meu protesto, com relação a questão da proporcionalidade, porque efetivamente, se a Bancada do PT resolver participar e as outras oposições, a nossa vaga estará efetivamente assegurada.

Gostaria de deixar registrado o meu protesto nesse sentido.

#### O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está registrado o protesto de Vossa Excelência, que poderia ter indicado e não o fez.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

#### ITEM 01

VETO APOSTO - ao Projeto de Lei nº 413/98, de autoria do ex-deputado Luiz Claudio Romanelli, que dispõe sobre a renegociação das dívidas originárias dos programas Bom Emprego Urbano e Bom Emprego Agro-Industrial. RELATÓRIO DA C.C.J.. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/SEEG Nº 043/99

Curitiba, 16 de janeiro de 1999.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 400/98, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 413/98, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que “as dívidas ordinárias dos programas estaduais, Panela Cheia, Bom Emprego Industrial Urbano e Bom Emprego Agro-Industrial, em processo de execução ou não, poderão ser negociadas com base no valor da avaliação de mercado feita pela instituição financeira - Banco do Estado do Paraná S/A - para valorização do bem objeto do crédito”. Estabelece, para tal, as condições pertinentes a prazos e juros.

A negativa de sanção ao projeto de lei em exame decorre de informações prestadas pela Assessoria do

Banco do Estado do Paraná S/A e pela Secretaria de Estado da Fazenda, considerando a medida desnecessária porque o referido banco, dentro de suas rotinas operacionais, já proporciona aos devedores dos mencionados programas, os pretendidos benefícios. O projeto em referência, segundo os citados pronunciamentos, também é considerado contrário ao interesse público, pela inconveniência de utilizar-se lei para tomada de providências de simples e imediata execução e, ainda, porque independem de medidas legislativas.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER  
Governador do Estado

PROJETO DE LEI Nº 413/98  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - As dívidas ordinárias dos programas estaduais, Panela Cheia, Bom Emprego Industrial Urbano e Bom Emprego Agro-Industrial, em processo de execução ou não, poderão ser negociadas com base no valor da avaliação de mercado feita pela instituição financeira - Banco do Estado do Paraná S/A - para valorização do bem objeto do crédito.

Art. 2º - As empresas devedoras poderão proceder a renegociação dos valores nas seguintes condições:

a) pelo valor da avaliação de mercado do bem, a vista, com prazo de pagamento de até 12 (doze) meses;

b) pelo valor da avaliação de mercado do bem, com encargos de 6% ao ano mais Taxa Referencial - TR - aplicada mensalmente, com carência de 06 (seis) meses e prazo de amortização de 48 (quarenta e oito) meses.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 15.12.98.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por objetivo principal apresentar uma saída aos empresários paranaenses inadimplentes junto ao Banco do Estado do Paraná, que contraíram suas dívidas através dos programas Bom Emprego Industrial Urbano e Bom Emprego Agro-Industrial.

Os programas acima referidos foram criados com o objetivo de auxiliar os donos de empresas na incrementação de seus negócios, para geração de novos empregos em nosso Estado. Dessa forma, concedeu-se crédito às empresas para que ampliassem suas instalações e adquirissem novos maquinários e novas tecnologias, visando

com isso a criação de milhares de novos empregos e a melhoria das condições do trabalho daqueles já empregados.

Com a vinda do Plano Real, pacote econômico que implantou a nova moeda e as novas condições financeiras no País, muitas das previsões feitas pelos empresários não se concretizaram, gerando uma onda de inadimplência que assola o Brasil há cerca de 04 anos.

A inadimplência do consumidor, que em um primeiro momento, iludido com a falta de inflação, acabou comprando mais do que podia pagar, acabou gerando um efeito cascata de inadimplentes que desembocou na indústria, que conseqüentemente deixou de honrar compromissos e começou a dispensar funcionários.

Outra não foi a causa da inadimplência junto ao Banco do Estado do Paraná das empresas que fizeram seus financiamentos baseados nos programas estaduais de incentivo já citados. Com o atraso no pagamento das parcelas, a forma de cálculo dos juros passava a ser feita de acordo com a tabela praticada normalmente pela instituição financeira e não mais com o subsídio do governo, o que tornou impagáveis as dívidas. Dessa forma, a renegociação proposta no projeto de lei objeto da presente justificativa é tentar conter o desemprego galopante em nosso Estado, evitando que as empresas em débito sejam fechadas e abrindo nova possibilidade de negociação. Senão, vejamos: o Banco do Estado do Paraná tem executado as empresas inadimplentes tomando o bem dado em garantia, ou seja, a própria empresa e promovendo leilão para venda dessa empresa e dos bens nela contidos. Como o valor da dívida da empresa com o banco normalmente ultrapassa em muito seu valor de mercado, a instituição financeira faz a venda (leilão) com o preço que a empresa e suas máquinas tem no mercado.

Dessa forma, o que o atual projeto pretende é evitar que a empresa devedora feche, promovendo o banco a renegociação da dívida pelo valor de mercado, ou seja, aquele que efetivamente a instituição iria receber. Assim, certamente estaremos contribuindo para a diminuição do apavorante desemprego que assola nosso País.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO VETO Nº 05/99

P A R E C E R :

A presente Proposição Veto, oriunda do Poder Executivo visa vetar o Projeto de Lei nº 413/98, de autoria do deputado Luiz Claudio Romanelli, que dispõe sobre a renegociação das dívidas originárias dos programas Bom Emprego Urbano e Bom Emprego Agro-Industrial.

Chamada esta comissão a se manifestar, constatamos que o Veto foi apresentado no prazo estabelecido pela Constituição Estadual (artigo 71, § 1º).

Assim, somos favoráveis ao encaminhamento do presente ao Plenário.

Sala das Comissões, em 16.03.99.



(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
ALGACI TULIO - Relator

LUIZ CARLOS ZUK - Relator

Os senhores deputados que forem favoráveis a manutenção do veto, deverão se manifestar, votando com a cédula que contém a expressão “sim”.

Os contrários ao veto, manifestando com a votação, com as cédulas que contém a expressão “não”.

Solicito ao senhor 1º secretário, deputado Chico Noroeste, que dê início a chamada nominal, para a votação.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Quarenta e oito (48) senhores deputados votaram.

Esta Presidência convoca os senhores deputados Antonio Carlos Belinati, Tiago Amorim Novaes e Luiz Carlos Zuk para fazerem parte da comissão do escrutínio dos votos.

Esta Presidência comunica aos senhores deputados que no próximo dia 18 de abril, terça-feira próxima, em Sessão Extraordinária será promulgada a Emenda Constitucional.

Votaram quarenta e oito (48) senhores deputados. Pela manutenção do veto, trinta e um (31). Pela rejeição do veto, doze (12). Em branco, cinco (05). **Está rejeitado o projeto e mantido o veto.**

## ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 354/99, de autoria do deputado Ricardo Maia, que autoriza o governo do Estado a criar a Ciretran de Paçandu e dá outras providências. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 354/99  
REDAÇÃO FINAL  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Circunscrição Regional de Trânsito - Ciretran, no município de Paçandu.

Art. 2º - A Ciretran de Paçandu terá jurisdição sobre os municípios de Doutor Camargo, Floresta, Ivatuba e São Jorge do Ivaí, além do município sede, Paçandu.

Art. 3º - Fica autorizado, o Departamento de Trânsito do Paraná a estabelecer parceria, através de convênio, com a Prefeitura Municipal de Paçandu, visando a funcionalidade da Ciretran de Paçandu.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 03.04.2000.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

## ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 540/99, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado ao senhor Rached Saliba Smaka. **Aprovado.**

## ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 061/2000, de autoria do deputado Elio Rusch, que declara de Utilidade Pública o Provopar - Programa do Voluntariado Paranaense - Ação Social - Núcleo, com sede no município de Serranópolis do Iguaçu e foro no município de Medianeira. **Aprovado.**

## ITEM 05

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 016/2000, de autoria do deputado Elio Rusch, que declara de Utilidade Pública a Associação de Recuperação dos Alcoólatras, com sede e foro no município de Guaíra. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.**

Emenda - **Aprovada.**

## ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 085/99, de autoria do deputado Beto Richa, que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e outros. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.S.P.. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

Emenda - **Aprovada.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 085/99

### P A R E C E R :

O projeto de lei em questão, de autoria do nobre deputado Beto Richa, visa dar melhores condições de controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e outros.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação as emendas apresentadas, que objetivam equacionar o texto do projeto de lei à legislação vigente sobre o tema, nada encontramos que possa impedir a sua tramitação por esta Casa de Leis.

Desta forma, somos de Parecer Favorável.

Sala das Sessões, em 28.03.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
SERAFINA CARRILHO - Relatora

Apoiamento:

Duílio Genari, Carlos Simões, Plauto Miró Guimarães, Beto Richa, Algaci Tulio, Antonio Carlos Belinati, Cesar Seleme, Nereu Moura, Moysés Leônidas, Durval Amaral e Pastor Edson Praczyk.

#### ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 638/99, de autoria do deputado Hermes Fonseca, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado *post mortem* ao doutor Fernando da Gama e Souza. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado (Publ. no D.A. nº 186, de 06.12.99).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 638/99

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Hermes Fonseca, concede o título de Cidadão Honorário do Paraná *post mortem* ao doutor Fernando da Gama e Souza.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por essa Casa de Leis.

Assim sendo, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 29.02.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
NEREU MOURA - Relator

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 542, de autoria do senhor deputado Hermes Fonseca, constante do expediente. **Rejeitado.**

#### O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Senhor presidente, estamos votando contra o requerimento do deputado Hermes Fonseca.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Requerimento nº 544, de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 545, de autoria do senhor deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 552, de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 555 e 559, de autoria do senhor deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 556, de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 479, de autoria do senhor deputado Irineu Colombo, com apoioamento dos senhores depu-

utados Ademir Bier, Edson Strapasson, Luiz Carlos Zuk, Péricles Mello e Edgar Bueno, constante do expediente de sessão anterior. **Rejeitado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 12, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 440, 549 e 649/99.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 085/99.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 638/99.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 026, 059, 063, 082 e 097/99.

Levanta-se a sessão.

#### Atas de Comissão:

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de março de dois mil, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes deputados: Duílio Genari, Antonio Belinati, Serafina Carrilho, Cesar Seleme, Beto Richa, Carlos Simões, Algaci Tulio, Pastor Edson Praczyk, Moysés Leônidas, Nereu Moura, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães e mais os deputados Antonio Baratter e Augustinho Zucchi. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 056/2000 de autoria do deputado Beraldin. Parecer FAVORÁVEL do deputado Cesar Seleme - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 011/2000 de autoria do deputado Cleiton Kielse Crisóstomo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Cesar Seleme - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 026/95 de autoria do deputado Beraldin. Concedido vistas ao deputado Algaci Tulio; 04) Projeto de Lei nº 037/2000 de autoria do deputado Edgar Bueno. Parecer FAVORÁVEL da deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 081/2000 de autoria do deputado Péricles Mello e outros. Parecer FAVORÁVEL da deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 085/99 de autoria do deputado Beto Richa. Parecer FAVORÁVEL da deputada Serafina Carrilho à emenda de Plenário - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 060/2000 de autoria do deputado Beto Richa. A deputada relatora Serafina Carrilho requer

diligência - DEFERIDO; 08) projeto de Lei nº 035/2000 de autoria do deputado Edgar Bueno. Concedido vistas ao deputado Nereu Moura; 09) Projeto de Lei nº 066/2000 de autoria do deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do deputado Pastor Edson Praczyk na forma da emenda anexa - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 616/99 de autoria do deputado Ricardo Maia. Parecer FAVORÁVEL do deputado Pastor Edson Praczyk - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 006/2000 de autoria do deputado Luiz Fernandes Silva Litro. Parecer FAVORÁVEL do deputado Pastor Edson Praczyk - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 612/99 de autoria do deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Belinati com emenda substitutiva - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 005/2000 de autoria do deputado Luiz Fernandes Silva Litro. Parecer FAVORÁVEL do deputado Beto Richa - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 179/99 de autoria do deputado José Maria Ferreira. O senhor presidente determina a retirada de pauta da matéria até a próxima reunião; 15) Projeto de Lei nº 029/2000 de autoria do deputado Valdir Rossoni. Parecer FAVORÁVEL do deputado Beto Richa - APROVADO; 16) Projeto de lei nº 017/2000 de autoria do deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL do deputado Plauto Miró Guimarães na forma da emenda anexa - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 045/2000 de autoria do deputado Miltinho Puppio. Parecer FAVORÁVEL do deputado Plauto Miró Guimarães - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 028/2000 de autoria do deputado Antonio Baratter. Parecer FAVORÁVEL do deputado Plauto Miró Guimarães na forma da emenda anexa - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 073/2000 de autoria do deputado Luiz Accorsi. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 20) Projeto de lei nº 072/2000 de autoria do deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 016/2000 de autoria do deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari na forma da emenda anexa - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 004/2000 de autoria do deputado Luiz Fernandes Silva Litro. O deputado relator Durval Amaral requer diligência - DEFERIDO; 23) Projeto de Lei nº 018/2000 de autoria do deputado Luiz Fernandes Silva Litro. O deputado relator Durval Amaral requer diligência - DEFERIDO; 24) Projeto de Lei nº 093/99 de autoria do deputado Beto Richa. O deputado relator Durval Amaral requer diligência - DEFERIDO; 25) Projeto de Lei nº 057/2000 de autoria do deputado Beto Richa. O deputado relator Durval Amaral requer diligência - DEFERIDO. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária da comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
Ana Lúcia Andretta - Secretária

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de abril de dois mil, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes deputados: Duílio Genari, Beto Richa, Waldyr Pugliesi, Plauto Miró Guimarães Antonio Belinati, Moysés Leônidas, Algaci Tulio e mais os deputados Orlando Pessuti, Ademir Bier, Edgar Bueno e Edson Strapasson. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 063/2000 de autoria do deputado Antonio Annibelli. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 632/99 de autoria do deputado Ademir Bier. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari na forma da emenda anexa - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 013/2000 de autoria da deputada Luciana Rafagnin. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 599/99 de autoria do deputado Hermas Brandão. O deputado relator Duílio Genari requer diligência - DEFERIDO; 05) Projeto de Lei nº 031/2000 de autoria do deputado Miltinho Puppio. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 179/99 de autoria do deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL do deputado Beto Richa na forma da emenda anexa e do voto em separado do deputado Algaci Tulio - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 628/99 de autoria do deputado Tiago Amorim. Parecer CONTRÁRIO do deputado Hermes Fonseca - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 012/2000 de autoria da deputada Luciana Rafagnin. Concedido vistas ao deputado Algaci Tulio; 09) Projeto de Lei nº 039/2000 de autoria do deputado Cesar Silvestri. Parecer FAVORÁVEL do deputado Pastor Edson Praczyk - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 083/2000 de autoria do deputado Chico Noroeste. Parecer FAVORÁVEL do deputado Pastor Edson Praczyk - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 084/2000 de autoria do deputado Augustinho Zucchi. Parecer FAVORÁVEL do deputado Plauto Miró Guimarães na forma da emenda anexa - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 035/2000 de autoria do deputado Edgar Bueno. Parecer CONTRÁRIO do deputado Antonio Belinati.; 13) Projeto de Lei nº 001/2000 de autoria do deputado Divanir Braz Palma. Concedido vistas ao deputado Algaci Tulio; 14) projeto de Lei nº 053/2000 de autoria do deputado Ademir Bier. Parecer FAVORÁVEL do deputado Algaci Tulio - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 034/2000 de autoria do deputado Luiz Accorsi. O deputado relator Algaci Tulio requer diligência - DEFERIDO. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será

assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presente e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária da comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
Ana Lúcia Andretta - Secretária

**COMISSÃO DE FINANÇAS**  
**1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

Aos vinte e oito dias do mês de novembro de um mil novecentos e noventa e nove, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das comissões, presidida do senhor deputado Ademir Bier, mais a presença dos seguintes deputados: Duílio Genari, Beto Richa, Edgar Bueno, Elio Rusch e Luiz Fernandes Silva Litro. Não havendo expediente a ser lido, o senhor presidente dá início aos trabalhos, solicitando ao secretário que proceda a leitura da Ata da reunião anterior. O senhor deputado Duílio Genari requer a dispensa da leitura. O senhor presidente defere e aproveita para agradecer a presença dos senhores deputados, comunicando que conversou com o presidente da Casa, senhor deputado Nelson Justus sobre o encaminhamento das matérias a esta comissão, bem como que seja solicitado das Lideranças do PSDB e PFL, as indicações que estão faltando. Falou, ainda, o senhor presidente da comissão, sobre o motivo desta reunião extraordinária, pois trata-se do projeto dos royalties, que é um projeto polêmico, importante, tanto que tivemos na semana passada uma reunião sobre o mesmo na Liderança do Governo, com os técnicos do Governo do Estado, e também contamos com a presença de vários senhores deputados. Na oportunidade solicitamos do secretário da Previdência, senhor Renato Follador Junior, a planilha de cálculos atuariais para efeito de aposentadoria dos servidores públicos do Estado que até hoje não chegou. A seguir passou-se à Ordem do Dia; 01) Projeto de Lei nº 552/99, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 021/99, que objetiva acrescentar ao art. 11, da Lei nº 5.515, de 15 de fevereiro de 1967, a alínea "h" e parágrafos 1º e 2º - F.D.E. - Royalties. Relator deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO, com os votos contrários dos deputados Edgar Bueno e Ademir Bier. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente reunião, a qual vai assinada por ele, pelos deputados presentes e por mim Wilson Penka, secretário da comissão.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente  
Wilson Penka - Secretário

**COMISSÃO DE FINANÇAS**  
**1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

Aos trinta dias do mês de novembro de um mil novecentos e noventa e nove, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Finanças, na Sala de Reuniões das Comissões, presidida pelo senhor deputado Ademir Bier, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Edgar Bueno, Elio Rusch, Luiz Fernandes Litro e Fernando Ribas Carli. Não havendo expediente a ser lido, o senhor presidente dá início aos trabalhos. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 506/99, de autoria do deputado Tony Garcia. Relator deputado Edgar Bueno. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 391/99, de autoria do deputado Beraldin. Relator deputado Luiz Fernandes Litro. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 598/99, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 22/99. Relator deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO, com votos dos deputados Edgar Bueno e Ademir Bier tão somente a constitucionalidade do projeto; 04) Projeto de Lei nº 606/99, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 23/99. Relator deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO, com os votos dos deputados Edgar Bueno e Ademir Bier acompanhando a constitucionalidade aprovada pela CCJ e contra o mérito da matéria. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente reunião, a qual vai assinada por ele, pelos deputados presentes e por mim Wilson Penka, secretário da Comissão.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente  
Wilson Penka - Secretário

**COMISSÃO DE FINANÇAS**  
**2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos quinze dias do mês de março de dois mil, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das Comissões, presidida pelo senhor deputado Beto Richa, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Duílio Genari, Elio Rusch, Péricles Mello e Ademir Bier. Não havendo expediente a ser lido, o senhor presidente dá início aos trabalhos. A seguir passou-se à Ordem do Dia. Neste momento, o senhor deputado Ademir Bier assume a presidência da Comissão. 01) Projeto de Lei nº 267/99, de autoria do deputado Ademir Bier. Relator deputado Péricles Mello. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 272/99, de autoria do deputado Ademir Bier. Relator deputado Péricles Mello. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 370/99, de autoria do deputado Ricardo Chab. Relator deputado Péricles Mello. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 528/99, de autoria do deputado Moysés Leônidas. Relator deputado Péricles Mello. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 207/99, de autoria do deputado Péricles Mello. Relator

deputado Beto Richa. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 06) Projeto de Lei 471/99, de autoria do deputado Caíto Quintana. Relator deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. O deputado Élio Rusch, comenta o título de curiosidade que o projeto acima citado parece tratar de assunto similar com o Projeto de Lei nº 272/99. O deputado Duílio Genari, comenta que irá apresentar Emenda em Plenário. 07) Projeto de Lei nº 026/99, de autoria do deputado Orlando Pessuti. Relator deputado Ademir Bier. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente reunião, a qual vai assinada por ele, pelos deputados presentes e por mim Wilson Penka, secretário da Comissão.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente  
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA  
ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de março de dois mil, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das Comissões, presidida pelo senhor deputado Ademir Bier, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Duílio Genari, Beto Richa e Luiz Fernandes Litro. Não havendo expediente a ser lido, o senhor presidente dá início aos trabalhos, solicitando ao secretário que proceda a leitura da Ata da reunião anterior. O senhor deputado Duílio Genari requer a dispensa da leitura. O senhor presidente defere. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 076/2000, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 005/2000. Relator deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, a qual vai assinada por ele, pelos deputados presentes e por mim Wilson Penka, secretário da Comissão.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente  
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA  
ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de reuniões das Comissões, presidida pelo senhor deputado Ademir Bier, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Duílio Genari, Beto Richa e Luiz Fernandes Litro. Não havendo expediente a ser lido, o senhor presidente dá início aos trabalhos, solicitando ao secretário que proceda a leitura da Ata da reunião anterior. O senhor deputado Duílio Genari requer a dispensa da leitura. O senhor presidente defere. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 228/99, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro. Relator deputado Beto Richa. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos deputados presentes e por mim Wilson Penka, secretário da Comissão.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente  
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE TURISMO  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA  
ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos três dias do mês de abril do ano dois mil, reuniu-se na Sala de Reunião das Comissões, a Comissão de Turismo, sob a presidência do senhor deputado Elio Lino Rusch, mais a presença dos senhores deputados membros da comissão. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião, com a seguinte Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 612/99, de autoria do deputado Durval Amaral, que tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a criar o Pólo de Turismo Rural no Norte do Estado do Paraná. Relator: deputado Tiago Amorim. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente agradeceu a presença dos senhores deputados e encerrou os trabalhos da presente reunião, da qual, para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente e por mim, Delôra Bueno F. do Amaral Carvalho, Secretária da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) ELIO LINO RUSCH - Presidente  
Delôra F. do Amaral Carvalho - Secretária